MOORE STEPHENS

RTA-029-2016

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Itaí - Paranapanema - Avaré – Sicoob Crediceripa

Demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 e o Relatório dos Auditores Independentes

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Itaí - Paranapanema - Avaré – Sicoob Crediceripa

Demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 e o Relatório dos Auditores Independentes

Conteúdo

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações financeiras 2

Demonstrações financeiras

Balanços patrimoniais 4

Demonstrações do resultado 5

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 6

Demonstrações dos fluxos de caixa 8

1 Contexto operacional 9

2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis 10

3 Composição do caixa e equivalentes de caixa 14

4 Títulos e valores mobiliários 14

5 Relações interfinanceiras 15

6 Operações de crédito 15

7 Outros créditos 18

8 Investimentos 18

9 Imobilizado de uso 19

10 Intangível 20

11 Depósitos 20

12 Obrigações por empréstimos e repasses 22

13 Outras obrigações 23

14 Patrimônio líquido 25

15 Outros dispêndios administrativos 27

16 Outros dispêndios operacionais 28

17 Outros ingressos operacionais 28

18 Coobrigações e riscos em garantias prestadas 28

19 Seguros contratados 29

20 Instrumentos financeiros 29

21 Partes relacionadas 30

22 Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo – Sicoob São Paulo 31

23 Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento dos riscos 31

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações financeiras

Moore Stephens Prisma
Auditores e Consultores

Rua Milton José Robusti, 75 – 15º andar
Ribeirão Preto - SP – 14021-613

Tel 55 (16) 3019-7900

msrp@msbrasil.com.br I www.msbrasil.com.br

Aos Cooperados e Administradores da
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Itaí - Paranapanema - Avaré – Sicoob Crediceripa
Itaí SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Itaí - Paranapanema - Avaré – Sicoob Crediceripa ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Cooperativa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Itaí - Paranapanema - Avaré – Sicoob Crediceripa em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Ribeirão Preto SP, 22 de Janeiro de 2016.

Moore Stephens Prisma Auditores Independentes
CRC 2SP017256/O-3

José Paulo de Castro
Contador CRC 1SP145661/O-2

As firmas-membro da Moore Stephens no Brasil, cada qual constituindo uma pessoa jurídica independente, são associadas à Moore Stephens International Limited (MSIL), uma rede mundial de empresas de auditoria, consultoria e contabilidade. A MSIL e suas firmas-membro, presentes nas principais cidades do mundo, são entidades legalmente distintas e independentes entre si.

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Itaí - Paranapanema - Avaré – Sicoob Crediceripa

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014
Em reais

	Nota	2015	2014		Nota	2015	2014
Ativo				**Passivo**			
Circulante		**205.589.157**	**154.515.932**	**Circulante**		**189.714.643**	**150.010.367**
Disponibilidades	**3**	1.334.226	894.366	Depósitos	**11**	147.665.035	102.386.870
Títulos e valores mobiliários	**4**	86.400.096	42.735.690	Obrigações por empréstimos e repasses	**12**	38.561.872	44.400.909
Relações interfinanceiras	**5**	7.938.082	6.644.970	Outras obrigações	**13**	3.487.736	3.222.588
Operações de crédito	**6**	108.982.853	103.633.269				
Outros créditos	**7**	841.760	522.577	**Não circulante**		**12.775.294**	**6.857.805**
Outros valores e bens		92.140	85.060	Exigível a longo prazo			
				Obrigações por empréstimos e repasses	**12**	4.334.240	1.863.366
Não circulante		**31.625.324**	**33.913.061**	Outras obrigações	**13**	8.441.054	4.994.439
Realizável a longo prazo							
Operações de crédito	**6**	20.122.144	23.940.002	**Patrimônio líquido**	**14**	**34.724.544**	**31.560.821**
Outros créditos	**7**	5.746.855	4.319.241	Capital social		20.623.858	17.532.224
Investimentos	**8**	3.080.386	2.818.468	Reserva legal		11.610.773	10.494.962
Imobilizado de uso	**9**	2.415.531	2.447.335	Reserva estatutária		109.516	72.322
Intangível	**10**	260.408	388.015	Sobras acumuladas		2.380.397	3.461.313
Total do ativo		**237.214.481**	**188.428.993**	**Total do passivo e patrimônio líquido**		**237.214.481**	**188.428.993**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Itaí - Paranapanema - Avaré – Sicoob Crediceripa

Demonstrações do resultado (sobras ou perdas)

2º semestre de 2015 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014
Em reais

			2015	2014
	Nota	2º semestre	Exercício	Exercício
Ingressos da intermediação financeira		**21.610.210**	**39.904.581**	**31.502.880**
Operações de crédito		15.934.881	30.762.232	25.661.768
Ingressos de depósitos intercooperativos	**5**	640.446	1.096.660	710.886
Títulos e valores mobiliários	**4**	5.034.883	8.045.689	5.130.226
Dispêndios da intermediação financeira		**(12.392.709)**	**(21.671.313)**	**(18.884.016)**
Operações de captação no mercado	**11d**	(7.279.646)	(12.623.968)	(8.997.541)
Operações de empréstimos, cessões e repasses		(1.234.222)	(2.480.275)	(1.812.160)
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	**6d**	(3.878.841)	(6.567.070)	(8.074.315)
Resultado bruto da intermediação financeira		**9.217.501**	**18.233.268**	**12.618.864**
Outros (dispêndios) ingressos operacionais		**(8.892.193)**	**(14.491.347)**	**(7.067.707)**
Ingressos de prestação de serviços		2.608.449	4.991.277	3.985.477
Dispêndios de pessoal e honorários		(5.286.990)	(10.001.277)	(8.311.873)
Outros dispêndios administrativos	**15**	(6.249.345)	(9.962.485)	(6.940.277)
Outros dispêndios operacionais	**16**	(1.440.062)	(1.722.015)	(666.784)
Outros ingressos operacionais	**17**	1.475.755	2.203.153	4.865.750
Resultado operacional		**325.308**	**3.741.921**	**5.551.157**
Resultado não operacional		**8.454**	**12.045**	**(8.190)**
Sobra antes da tributação		**333.762**	**3.753.966**	**5.542.967**
Imposto de renda e contribuição social		-	(34.595)	(46.469)
Sobra líquida do semestre/ exercícios		**333.762**	**3.719.371**	**5.496.498**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Itaí - Paranapanema - Avaré – Sicoob Crediceripa

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

2º semestre de 2015 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014
Em reais

	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária	Sobras acumuladas	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2014	**15.570.587**	**8.172.100**	**18.239**	**1.167.285**	**24.928.211**
Incorporação de sobras ao capital	233.457	-	-	(233.457)	-
Incorporação de sobras a reserva legal	-	700.371	-	(700.371)	-
Distribuição de sobras	-	-	-	(233.457)	(233.457)
Integralizações de capital	2.836.451	-	-	-	2.836.451
Baixas de capital	(1.108.271)	-	-	-	(1.108.271)
Sobra líquida do exercício	-	-	-	5.496.498	5.496.498
Reserva legal	-	1.622.491	-	(1.622.491)	-
Reserva estatutária	-	-	54.083	(54.083)	-
Fundo de assistência técnica, educacional e social	-	-	-	(358.611)	(358.611)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	**17.532.224**	**10.494.962**	**72.322**	**3.461.313**	**31.560.821**
Incorporação de sobras ao capital	2.772.170	-	-	(2.772.170)	-
Distribuição de sobras	-	-	-	(689.143)	(689.143)
Integralizações de capital	1.522.062	-	-	-	1.522.062
Baixas de capital	(1.202.598)	-	-	-	(1.202.598)
Sobra líquida do exercício	-	-	-	3.719.371	3.719.930
Reserva legal	-	1.115.811	-	(1.115.811)	-
Reserva estatutária	-	-	37.194	(37.194)	-
Fundo de assistência técnica, educacional e social	-	-	-	(185.969)	(186.528)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**20.623.858**	**11.610.773**	**109.516**	**2.380.397**	**34.724.544**

Continua...

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Itaí - Paranapanema - Avaré – Sicoob Crediceripa

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

2º semestre de 2015 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014
Em reais

...Continuação

	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária	Sobras acumuladas	Total
Saldos em 1º de julho de 2015	**20.069.831**	**10.494.962**	**72.322**	**3.385.609**	**34.022.724**
Integralizações de capital	972.889	-	-	-	972.889
Baixas de capital	(418.862)	-	-	-	(418.862)
Sobra líquida do semestre	-	-	-	333.762	333.762
Reserva legal	-	1.115.811	-	(1.115.811)	-
Reserva estatutária	-	-	37.194	(37.194)	-
Fundo de assistência técnica, educacional e social	-	-	-	(185.969)	(185.969)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**20.623.858**	**11.610.773**	**109.516**	**2.380.397**	**34.724.544**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Itaí - Paranapanema - Avaré – Sicoob Crediceripa

Demonstrações dos fluxos de caixa

2º semestre de 2015 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014
Em reais

	2015		2014
	2º semestre	**Exercício**	**Exercício**
Fluxo de caixa das atividades operacionais	**4.025.766**	**30.463.336**	**1.372.222**
Sobra ajustada do semestre/ exercícios	1.937.765	6.040.404	3.879.313
Sobra líquida do semestre/ exercícios	333.762	3.719.371	5.496.498
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	1.316.627	1.757.104	(2.178.307)
Depreciações e amortizações	287.376	563.929	545.398
Valor residual de baixas do imobilizado de uso	-	-	15.724
(Aumento) redução nos ativos	(28.895.752)	(21.198.833)	(49.847.335)
Títulos e valores mobiliários	(9.396.192)	(16.156.126)	704.891
Operações de crédito	(18.719.663)	(3.288.830)	(49.192.610)
Outros créditos e outros valores e bens	(779.897)	(1.753.877)	(1.359.616)
Aumento (redução) nos passivos	30.983.753	45.621.765	47.340.244
Depósitos	25.011.696	45.278.165	17.149.810
Relações interfinanceiras e obrigações por empréstimos e repasses	3.781.508	(3.368.163)	28.105.261
Outras obrigações	2.190.549	3.711.763	2.085.173
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	**(494.673)**	**(666.436)**	**(1.943.194)**
Aumento de investimentos	(216.044)	(261.918)	(1.118.593)
Aquisições de imobilizado de uso	(278.629)	(404.518)	(729.532)
Aumento do intangível	-	-	(95.069)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	**368.058**	**(555.648)**	**1.136.112**
Distribuição de sobras	-	(689.143)	(233.457)
Integralizações de capital	972.889	1.522.062	2.836.451
Baixas de capital	(418.862)	(1.202.598)	(1.108.271)
Fundo de assistência técnica, educacional e social	(185.969)	(185.969)	(358.611)
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	**3.899.151**	**29.241.252**	**565.140**
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa:			
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/ exercícios	60.087.331	34.745.230	34.180.090
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/ exercícios	63.986.482	63.986.482	34.745.230
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	**3.899.151**	**29.241.252**	**565.140**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Itaí - Paranapanema - Avaré – Sicoob Crediceripa

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
2º semestre de 2015 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014
Em reais

1 Contexto operacional

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Itaí - Paranapanema - Avaré – Sicoob Crediceripa é uma cooperativa singular de livre admissão de associados, instituição financeira não bancária, sociedade de pessoas, de responsabilidade limitada, de natureza civil, sem fins lucrativos e não sujeita a falência, que visa à prestação de assistência financeira aos associados em suas atividades específicas. Ainda, visa a formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua, da economia sistemática e do uso adequado de crédito. A Crediceripa tem sede em Itaí SP, sendo sua área de ação nos municípios de Águas de Santa Bárbara, Alambarí, Angatuba, Araçoiaba da Serra, Avaré, Bofete, Boituva, Buri, Campina do Monte Alegre, Capão Bonito, Capela do Alto, Cerqueira César, Cerquilho, Cesário Lange, Conchas, Coronel Macedo, Fartura, Guapiara, Guareí, Ibiúna, Itaberá, Itaí, Itapetininga, Itapeva, Itaporanga, Itatinga, Laranjal Paulista, Paranapanema, Pardinho, Pereiras, Piedade, Pilar do Sul, Piraju, Porangaba, Porto Feliz, Quadra, Ribeirão Branco, Ribeirão Grande, Salto de Pirapora, São Manuel, São Miguel Arcanjo, Sarapuí, Sorocaba, Taguaí, Taquarituba, Taquarivaí, Tatuí, Tietê e Torre de Pedra, todos no estado de São Paulo.

Tem sua constituição e funcionamento regulamentado pela Resolução n° 4.434, de 5 de agosto de 2015, do Banco Central do Brasil (Bacen). É filiada à Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo - Sicoob São Paulo e componente do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil - Sicoob.

O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou novas regras para o funcionamento das cooperativas de crédito, com base na Resolução n° 4.434/2015. Com esta mudança, as cooperativas serão enquadradas em três categorias: plena, clássica e capital e empréstimo. Conforme Comunicado BACEN nº 28.684, de 4 de novembro de 2015, a Cooperativa teve seu enquadramento prévio classificado como “clássica”, com base nas operações hoje praticadas. No prazo de 90 dias dessa indicação, a Cooperativa deverá manifestar concordância com a indicação ou solicitar a alteração de categoria.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis

a Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971, a Lei Complementar nº 130/2009 e as normas e instruções do Bacen, apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), e os pronunciamentos, orientações e as interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo Bacen para aplicação até a data do balanço (CPC 00, 01, 03, 05, 10, 23, 24, 25). As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Cooperativa, e foram aprovadas em 22 de janeiro de 2016.

b Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios e semestre apresentados:

b.1 Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios são reconhecidos pelo regime de competência do exercício.

b.2 Estimativas contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Cooperativa no processo de aplicação das políticas contábeis. As demonstrações financeiras da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas-úteis do ativo imobilizado, provisão para perdas nas operações de crédito, provisão para contingências e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. A Administração da Cooperativa monitora e revisa as estimativas e suas premissas pelo menos semestralmente.

b.3 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários livres, títulos e valores mobiliários e relações interfinanceiras (centralização financeira) de curto prazo e de alta liquidez, com prazo inferior a 90 dias de vencimento.

b.4 Títulos e valores mobiliários e Relações interfinanceiras

Classificados conforme a intenção da Administração da Cooperativa em mantê-los até o vencimento, e são atualizados pelos rendimentos auferidos até a data do balanço, não superando o valor de mercado. Parte desses títulos garantem operações de repasses de recursos de crédito rural.

b.5 Operações de crédito

As operações pré-fixadas são registradas pelo valor futuro, retificadas pela conta de rendas a apropriar, e as operações pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço, observados os índices contratados. Para as operações vencidas há mais de 60 dias, os juros permanecerão em rendas a apropriar, até a liquidação da operação.

Sobre as operações de crédito, a Administração da Cooperativa constituiu provisão para perdas em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização de valores a receber, com base em critérios consistentes e verificáveis, amparadas por informações internas e externas, pelo menos em relação ao devedor e seus garantidores (situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade econômica, limite de crédito) e, em relação à operação (natureza e finalidade, características das garantias com suficiência de liquidez e valor), conforme determina a Resolução CMN nº 2.682/1.999, que classifica as operações por nível de risco.

b.6 Investimentos

Representados por participações societárias avaliadas ao custo de aquisição, deduzidos conforme o caso, de provisões para perdas.

b.7 Imobilizado de uso

As imobilizações de uso são demonstradas pelo custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, aplicando-se taxas que contemplam a estimativa de vida útil-econômica dos bens.

b.8 Intangível

Demonstrado pelo valor dos gastos, que são amortizados pelo método linear em função do prazo dos benefícios futuros esperados.

b.9 Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil não pode ser recuperável (teste de *impairment*).

b.10 Depósitos à vista, sob aviso e a prazo

Os depósitos pré-fixados são registrados pelo valor futuro, retificado pela conta de dispêndios a apropriar e os depósitos pós-fixados são atualizados até a data do balanço, observados os índices contratados.

b.11 Letras de crédito do agronegócio

Representados por títulos emitidos por instituições financeiras, com a finalidade de captação de recursos para participantes da cadeia do agronegócio, demonstrados pelo valor atualizado até a data do balanço.

b.12 Obrigações por empréstimos e repasses

São atualizadas pelos encargos contratados proporcionalmente até a data do balanço

b.13 Provisões

As provisões são constituídas como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação no futuro. As provisões são registradas tendo como base a estimativa do risco envolvido.

b.14 Demais ativos e passivos

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas não superando o valor de mercado. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

b.15 Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências concretas que assegurem a sua realização. Os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente pela Administração da Cooperativa quando, com base na opinião dos assessores jurídicos e outras análises das matérias, for considerado que há risco de perda de ações judicial ou administrativa, gerando uma possibilidade de saída de recursos no futuro para a liquidação dessas ações e, ainda, quando os montantes envolvidos possam ser mensurados com suficiente segurança. Esse é um julgamento subjetivo, sujeito às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros, mas que leva em consideração o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, a jurisprudência em questão, a possibilidade de recorrer à instâncias superiores e a experiência histórica. A Administração da Cooperativa revisa periodicamente a situação dos passivos contingentes.

b.16 Segregação do circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores ao encerramento do próximo exercício social estão classificados no circulante, e os com prazo superiores, no não circulante.

b.17 Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o estabelecido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e normas do Bacen.

b.18 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são calculados sobre o lucro apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos, de acordo com a legislação tributária e as alíquotas vigentes para o imposto de renda - 15%, acrescida de adicional de 10%, quando

for o caso, e para a contribuição social – 15%. O resultado apurado em operações realizadas com associados é isento de tributação.

3 Composição do caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades, os títulos e valores mobiliários e as relações interfinanceiras são classificadas como caixa e equivalentes de caixa, para fins de apresentação da demonstração dos fluxos de caixa, quando atendido às determinações da Resolução CMN nº 3.604/2008.

Descrição	2015	2014
Disponibilidades		
Caixa e depósitos bancários	1.334.226	894.366
Títulos e valores mobiliários – livres (90 dias) (nota 4)	54.714.174	27.205.894
Relações interfinanceiras (90 dias) (nota 5)	7.938.082	6.644.970
	63.986.482	**34.745.230**

4 Títulos e valores mobiliários

Instituição financeira	Tipo de aplicação	2015	2014
Banco Máxima	CDI FLU	115.045	103.133
Sicoob São Paulo	RDC Longo Pós CDI - vinculados	31.685.922	15.529.796
Sicoob São Paulo	RDC Longo Pós CDI - livres	54.599.129	27.102.761
		86.400.096	**42.735.690**

Essas aplicações são remuneradas às taxas de 95% e 100% CDI (CETIP). No exercício de 2015 foram registrados no resultado, em ingressos da intermediação financeira – títulos e valores mobiliários, rendimentos no montante de R$ 8.045.689 (R$ 5.130.226 em 2014). As operações vinculadas garantem as operações de repasse junto ao Bancoob.

5 Relações interfinanceiras

São depósitos efetuados na centralização financeira do Sicoob São Paulo, determinado no artigo 24 da Resolução CMN 4.434/2015, remunerado pela taxa do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). No exercício de 2015 foram registrados no resultado, em ingressos da intermediação financeira – ingressos de depósitos intercooperativos, rendimentos no montante de R$ 1.096.660 (R$ 710.886 em 2014). Em 31 de dezembro de 2015, o saldo é de R$ 7.938.082 (R$ 6.644.970 em 2014).

6 Operações de crédito

a Composição por tipo de operação e prazo de vencimento

	2015			2014		
Descrição	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**
Adiantamento a depositantes	573.947	-	573.947	326.297	-	326.297
Cheque especial e conta garantida	9.724.171		9.724.171	11.863.850	-	11.863.850
Empréstimos e títulos descontados	51.631.141	15.600.472	67.231.613	39.176.294	24.718.553	63.894.847
Financiamentos rurais: próprios e repasses	52.345.495	5.498.748	57.844.243	54.337.525	1.662.625	56.000.150
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(5.291.901)	(977.076)	(6.268.977)	(2.070.697)	(2.441.176)	(4.511.873)
	108.982.853	**20.122.144**	**129.104.997**	**103.633.269**	**23.940.002**	**127.573.271**

b Composição por nível de risco e situação de vencimento

Nível de risco	Provisão %	2015 Vencidas	2015 Vincendas	2015 Total	2014 Vencidas	2014 Vincendas	2014 Total
AA	-	-	-	-	115.631	2.671.489	2.787.120
A	0,50%	714.669	92.863.085	93.577.754	2.046.970	106.961.381	109.008.351
B	1%	308.335	23.206.783	23.515.118	159.420	13.445.762	13.605.182
C	3%	158.217	4.947.751	5.105.968	205.851	2.810.282	3.016.133
D	10%	33.020	6.112.856	6.145.876	129.750	1.641.178	1.770.928
E	30%	187.837	2.018.864	2.206.701	1.966	104.938	106.904
F	50%	137.016	804.714	941.730	8.959	164.407	173.366
G	70%	334.637	383.809	718.446	5.951	60.462	66.413
H	100%	1.024.661	2.137.720	3.162.381	207.380	1.343.367	1.550.747
		2.898.392	**132.475.582**	**135.373.974**	**2.881.878**	**129.203.266**	**132.085.144**

c Composição do não circulante por ano de vencimento

Ano	2015	2014
2016	-	14.574.823
2017	17.905.403	8.537.315
2018 a 2022	3.193.817	3.269.040
	21.099.220	**26.381.178**

d Movimentação da provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa

	2015		2014
	2º semestre	**Exercício**	**Exercício**
Saldo inicial	**(4.952.350)**	**(4.511.873)**	**(2.333.565)**
Créditos baixados para prejuízo	2.562.214	4.809.966	3.382.173
Constituição da provisão	(3.878.841)	(6.567.070)	(8.074.315)
Reversão na provisão (nota 17)	-	-	2.513.834
Saldo final	**(6.268.977)**	**(6.268.977)**	**(4.511.873)**

e Créditos baixados como prejuízo

As operações classificadas como nível H (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses e, desde que apresentem atraso superior a esse prazo, são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, não figurando mais no balanço patrimonial.

Até 31 de dezembro de 2015, os créditos baixados como prejuízo, registrados em conta de compensação, montam R$ 12.347.090 (R$ 10.399.451 em 2014), e em sua maioria encontram-se em processo de cobrança judicial. Em 2015, foram recuperados créditos baixados como prejuízo no montante de R$ 947.832 (R$ 1.093.964 em 2014), registrados em outros ingressos operacionais no exercício da recuperação (nota 17).

7 Outros créditos

	2015			2014		
Descrição	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**
Rendas a receber	12.139	-	12.139	12.256	-	12.256
Títulos e créditos a receber	367.076	-	367.076	173.184	-	173.184
Impostos e contribuições a compensar	52.565	-	52.565	2.542	-	2.542
Avais e fianças honrados	41.134	-	41.134	-	-	-
Diversos	368.846	-	368.846	334.595	-	334.595
Devedores por depósitos em garantia (nota 13(ii))	-	5.746.855	5.746.855	-	4.319.241	4.319.241
	841.760	**5.746.855**	**6.588.615**	**522.577**	**4.319.241**	**4.841.818**

8 Investimentos

Descrição	**2015**	**2014**
Sicoob São Paulo (nota 22)	3.080.386	2.775.970
Bancoob	-	42.498
	3.080.386	**2.818.468**

No exercício de 2015, a Cooperativa aumentou seu capital social na Sicoob São Paulo em R$ 304.416 (R$ 1.109.060 em 2014). A Cooperativa resgatou seu capital social no Bancoob no exercício em R$ 42.498 (em 2014 aumentou o capital em R$ 9.533).

9 Imobilizado de uso

a Composição do saldo

Descrição	Taxa anual de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	2015 Líquido	2014 Líquido
Edificações	4%	599.911	(93.986)	505.925	529.921
Instalações	10%	447.950	(150.423)	297.527	310.147
Móveis e equipamentos de uso	10%	784.743	(277.995)	506.748	454.611
Sistema de processamento de dados	20%	1.577.388	(893.939)	683.449	686.266
Sistema de segurança	10%	582.087	(191.599)	390.488	426.167
Sistema de transporte	20%	44.147	(12.753)	31.394	40.223
		4.036.226	**(1.620.695)**	**2.415.531**	**2.447.335**

b Movimentação do imobilizado

	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2014	**2.992.180**	**(877.791)**	**2.114.389**
Adições	729.532	(380.862)	348.670
Baixas	(90.004)	74.280	(15.724)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	**3.631.708**	**(1.184.373)**	**2.447.335**
Adições	404.518	(436.322)	(31.804)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**4.036.226**	**(1.620.695)**	**2.415.531**

10 Intangível

Descrição	Taxa anual de amortização	2015 Custo	2015 Amortização acumulada	2015 Líquido	2014 Líquido
Gastos com aquisição de desenvolvimento de logiciais (Softwares)	20%	**855.563**	**(595.155)**	**260.408**	**388.015**

11 Depósitos

Descrição	2015	2014
Depósitos à vista **(i)**	24.647.663	15.750.490
Depósitos sob aviso **(ii)**	731.413	1.367.874
Depósitos a prazo **(iii)**	110.167.550	81.988.167
Letra de crédito do agronegócio **(iv)**	12.118.409	3.280.339
	147.665.035	**102.386.870**

(i) Os depósitos à vista não são remunerados.

(ii) Os depósitos sob aviso são remunerados por encargos financeiros calculados com base no CDI e tem exibilidade imediata. Conforme Resolução CMN nº 3.454/2007, essa modalidade pode ser mantida até o seu resgate total, sendo vedada nova contratação a partir de 31 de dezembro de 2007.

(iii) Os depósitos a prazo são remunerados por encargos financeiros calculados com base no CDI e podem ser contratados em prazos de vencimento variados. No exercício de 2015, foram registrados no resultado, em dispêndios da intermediação financeira - operações de captação no mercado, encargos de R$ 12.623.968 (R$ 8.997.541 em 2014).

(iv) Letras de crédito do agronegócio são títulos emitidos pelas instituições financeiras, com a finalidade de captação de recursos para participantes da cadeia do agronegócio. Criados pela Lei nº 11.076/2004, esses papéis tem como um de seus atrativos o fato de que os investidores pessoas físicas têm seus rendimentos isentos de imposto de renda e carência mínima de 90 dias conforme artigo 5º da Resolução nº 4.410/2015, e a partir de 23 de maio de 2013, as letras de créditos do agronegócio são cobertas pelo Fundo Garantidor de Crédito (FGC), com limite de até R$ 250 mil por invetidor.

Os depósitos estão garantidos até o limite de R$ 250 mil por CPF/CNPJ pelo FGCoop (Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito), fundo este constituído por todas as cooperativas de crédito brasileiras e bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC). O FGCoop tem por finalidade conforme seu estatuto: I - proteger depositantes e investidores das instituições associadas, respeitados os limites e condições estabelecidos no seu Regulamento; II - contribuir para a manutenção da estabilidade do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC); e III - contribuir para prevenção de crise sistêmica no segmento cooperativista. O Estatuto e o Regulamento do fundo teve aprovação através da Resolução CMN nº 4.284/2013.

12 Obrigações por empréstimos e repasses

a Composição do saldo

			2015			2014		
Finalidade	**Encargos financeiros**	**Vencimento final**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**
Pronaf	De 2,50% a 7,75% a. a.	21/11/2016	675.668	-	675.668	3.899.859	-	3.899.859
Poupança	De 5,50% a 6,50% a. a.	18/03/2020	-	1.638.936	1.638.936	8.815.409	456.490	9.271.899
Pronamp	De 5,50% a 8,75% a. a.	20/12/2016	3.233.341	-	3.233.341	413.986	-	413.986
Capital de giro	1,00% a. m.	12/09/2016	478.938	-	478.938	-	-	-
Recursos obrigatórios	De 5,50% a 8,75% a. a.	21/05/2019	16.061.067	779.047	16.840.114	24.173.143	995.657	25.168.800
Recursos Próprios livres	De 5,50% a 8,75% a. a.	02/10/2017	18.112.858	1.916.257	20.029.115	7.098.512	411.219	7.509.731
			38.561.872	**4.334.240**	**42.896.112**	**44.400.909**	**1.863.366**	**46.264.275**

Essas operações são captadas junto ao Bancoob, com garantias de notas promissórias, avais e penhores cedulares.

b Composição do não circulante por ano de vencimento

Ano	**2015**	**2014**
2017	3.009.537	645.101
2018	278.859	371.812
2019	678.521	846.453
2020	367.323	-
	4.334.240	**1.863.366**

13 Outras obrigações

	2015			2014		
Descrição	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados (IOF)	53.034	-	53.034	35.570	-	35.570
Sociais e estatutárias:						
Fundo de assistência técnica, educacional e social **(i)**	1.420.278	-	1.420.278	1.566.126	-	1.566.126
Cotas de capital a pagar	91.333	-	91.333	44.265	-	44.265
	1.511.611	-	1.511.611	1.610.391	-	1.610.391
Fiscais e previdenciárias:						
Impostos e contribuições a recolher	322.357	-	322.357	304.010	-	304.010
Diversas:						
Cheques administrativos	-	-	-	45.169	-	45.169
Provisão para pagamentos a efetuar	832.468	-	832.468	653.520	-	653.520
Provisão para passivos contingentes	-	8.441.054	8.441.054	-	4.994.439	4.994.439
Provisão para garantias prestadas	52.189	-	52.189	-	-	-
Credores diversos – País	716.077	-	716.077	573.928	-	573.928
	1.600.734	8.441.054	10.041.788	1.272.617	4.994.439	6.267.056
	3.487.736	**8.441.054**	**11.928.790**	**3.222.588**	**4.994.439**	**8.217.027**

(i) O FATES tem sua formação, classificação e utilização conforme a Lei do Cooperativismo e normas do Bacen (nota 14b).

a Composição da provisão para passivos contingentes e dos depósitos em garantia

	2015		2014	
Descrição	**Provisão**	**Devedores por depósitos em garantias**	**Provisão**	**Devedores por depósitos em garantias**
COFINS **(i)**	298.523	298.523	279.717	279.717
IRRF sobre rendimentos de aplicações financeiras **(i)**	5.673.994	5.432.886	4.298.077	4.024.077
Provisão para riscos eventuais **(ii)**	2.000.000	-	-	-
Cível **(iii)**	-	15.447	-	15.447
Trabalhistas **(iv)**	468.537	-	416.645	-
	8.441.054	**5.746.856**	**4.994.439**	**4.319.241**

(i) Foram constituídas provisões nos montantes de R$ 5.972.517 e R$ 4.577.794 em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, respectivamente, para fazer face a eventuais perdas que possam advir em função de interpretações polêmicas a respeito da tributação pela Receita Federal em sociedades cooperativas. Existem depósitos judiciais nos montantes de R$ 5.731.409 e R$ e R$ 4.303.794 em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, respectivamente, suportando as demandas em andamento. Atualmente, a discussão tributária aguarda o exame do Tribunal Regional Federal.

(ii) A provisão no valor de R$ 2.000.000 foi constituida em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas que possam advir em função das ocorrências relacionadas a fraudes e outros riscos da atividade da Cooperativa.

(iii) Refere-se a depósito judicial de causa cível, cujo ganho foi em favor da Cooperativa. Atualmente, a Cooperativa aguarda a liberação do depósito.

(iv) A provisão para a contingência trabalhista foi constituida com base nas informações da assessoria juridica da Cooperativa, no montante de R$ 468.537, em 31 de dezembro de 2015 (R$ 416.645 em 2014), considerada suficiente para cobrir eventuais perdas. As ações por natureza e histórico são passíveis de acordos de menor monta.

b Movimentação da provisão para passivos contingentes nos exercícios

	Cofins	IRRF	Trabalhista	Riscos eventuais	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2014	**260.847**	**2.921.268**	**-**	**-**	**3.182.115**
Provisões	18.870	1.376.809	416.645	-	1.812.324
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**279.717**	**4.298.077**	**416.645**	**-**	**4.994.439**
Provisões	18.806	1.375.917	51.892	2.000.000	3.446.615
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**298.523**	**5.673.994**	**468.537**	**2.000.000**	**8.441.054**

Os impostos e as contribuições apurados e recolhidos pela Cooperativa, bem como, as respectivas declarações acessórias, os registros fiscais e societários, estão sujeitos a exames por parte das autoridades fiscais durante os prazos prescricionais variados, conforme legislação aplicável em cada circunstância.

14 Patrimônio líquido

a Capital social

É representado pelas integralizações de 9.326 cooperados em 31 de dezembro de 2015 e 8.535 cooperados em 31 de dezembro de 2014. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas partes. Ainda, o capital social integralizado pode ser remunerado por juros limitados à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic), a critério da Diretoria Executiva, caso haja sobra no exercício. A Cooperativa aumentou seu capital social no montante de R$ 1.522.062 (R$ 2.836.451 em 2014), com recursos provenientes dos cooperados, e também ocorreram baixas em 2015, no montante de R$ 1.202.598 (R$ 1.108.271 em 2014), provenientes de cooperados desligados. O capital social é de R$ 20.623.858 e de R$ 17.532.224 em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, respectivamente.

b Destinações estatutárias e legais do resultado

As sobras apuradas no fim do exercício, conforme estatuto social terão a seguinte destinação:

- 30% para a Reserva legal: destinado para reparar perdas eventuais e atender ao desenvolvimento das atividades da Cooperativa;

- 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES: destinado para prestar assistência e educação a seus cooperados e empregados, que podem ser executados mediante convênio com as entidades públicas ou privadas. Atendendo à instrução do Bacen, o FATES é registrado como exigibilidade e utilizado em dispêndios para o qual se destina, conforme a Lei 5.764/1971 (Lei do Cooperativismo) (nota 13);

- 1% para o Fundo de investimento social: cuja essência é promover ações de natureza social, educacional e cultural, bem como ações relativas à preservação do meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável.

Além das destinações estatutárias acima, o Estatuto Social e Lei 5.764/1971, prevê que os resultados das operações com não cooperados, rendas não operacionais, auxílios ou doações sem destinação específicas serão levados à conta do FATES e contabilizados separadamente, de forma a permitir cálculo para incidência de tributos. As perdas apuradas no exercício serão cobertas pela reserva legal e, se insuficientes, mediante rateio entre os associados, considerando as operações realizadas ou mantidas na Cooperativa, excetuando-se o valor das quotas-partes integralizadas, segundo fórmula de cálculo estabelecida pela Assembleia Geral.

As sobras, deduzidos os valores destinados à formação dos fundos obrigatórios, ficarão à disposição da Assembleia Geral Ordinária, que deliberará: pelo rateio entre os associados, proporcionalmente às operações realizadas com a Cooperativa; pela constituição de outros fundos ou destinação aos fundos existentes; pela manutenção na conta “sobras/ perdas acumuladas; ou pela incorporação ao capital do associado, observada a proporcionalidade referida no Estatuto Social.

c Aprovação da destinação das sobras acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme o Estatuto Social, normas do Bacen e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO).

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 28 de março de 2015, foi aprovada por unanimidade a destinação das sobras líquidas remanescentes de 2014, no montante de R$ 3.461.313, sendo R$ 2.772.170 incorporado ao capital social dos cooperados e R$ 689.143 distribuídos aos cooperados.

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 22 de março de 2014, foi aprovado por unanimidade a destinação das sobras remanescentes de 2013, no montante de R$ 1.167.285, sendo R$ 700.371 incorporado à reserva legal, R$ 233.457 para capital social dos cooperados e R$ 233.457 distribuídos aos cooperados.

As destinações aos cooperados, teve por critério que levou em consideração a usufruição dos serviços da Cooperativa.

15 Outros dispêndios administrativos

		2015	2014
Descrição	**2º semestre**	**Exercício**	**Exercício**
Água, energia e gás	(106.719)	(211.909)	(128.570)
Aluguéis	(421.419)	(790.451)	(683.655)
Comunicações	(494.191)	(917.654)	(594.547)
Manutenção e conservação de bens	(199.147)	(329.147)	(306.362)
Material	(85.221)	(129.424)	(92.745)
Processamento de dados	(85.354)	(122.957)	(93.552)
Propaganda e publicidade	(60.834)	(126.866)	(78.709)
Seguros	(73.839)	(144.232)	(131.104)
Serviços do sistema financeiro	(753.697)	(1.461.113)	(1.163.814)
Serviços de terceiros	(357.175)	(654.348)	(625.777)
Serviços de vigilância e segurança	(26.698)	(37.463)	(22.806)
Serviços técnicos especializados	(107.842)	(289.914)	(209.706)
Transporte	(211.013)	(411.794)	(150.251)
Tributárias	(14.168)	(36.457)	(43.455)
Viagem no país	(168.624)	(294.687)	(226.490)
Outros dispêndios administrativos	(998.003)	(1.822.454)	(1.387.777)
Promoções e relações públicas	(85.401)	(181.615)	(150.957)
Provisão passivos contingentes	(2.000.000)	(2.000.000)	(850.000)
	(6.249.345)	**(9.962.485)**	**(6.940.277)**

16 Outros dispêndios operacionais

	2015		2014
Descrição	**2º semestre**	**Exercício**	**Exercício**
Dispêndios de impostos e contribuições	(37.020)	(65.977)	(52.776)
Outros dispêndios operacionais	(1.403.042)	(1.656.038)	(614.008)
	(1.440.062)	**(1.722.015)**	**(666.784)**

17 Outros ingressos operacionais

	2015		2014
Descrição	**2º semestre**	**Exercício**	**Exercício**
Recuperação de créditos baixados como prejuízo (nota 6e)	587.767	947.832	1.093.964
Recuperação de encargos e dispêndios	-	-	14.870
Reversão de provisão para operações de crédito **(i)**	-	-	2.513.834
Outros ingressos	887.988	1.255.321	1.243.082
	1.475.755	**2.203.153**	**4.865.750**

(i) A partir de 1º de janeiro de 2015 as movimentações de constituições e reversões da provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa são feitas apenas na conta de depesa com provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa (6d).

18 Coobrigações e riscos em garantias prestadas

A Cooperativa é avalista de seus cooperados em transações que montam R$ 3.922.944 em 31 de dezembro de 2015. Em 2014, a Cooperativa não foi avalista de seus cooperados em transações de coobrigações e riscos em garantias prestadas.

19 Seguros contratados

A Administração da Cooperativa adota a política de contratar seguros, cujas coberturas são consideradas suficientes pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

20 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros estão demonstrados no balanço patrimonial por valores contábeis, os quais são iguais ou que se aproximam dos seus valores justos, conforme critérios mencionados nas correspondentes notas explicativas, com destaque para as disponibilidades, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos e obrigações por empréstimos e repasses.

Não foram realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios.

21 Partes relacionadas

As operações com as partes relacionadas que incluem o pessoal-chave da Administração, como Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Conselho Fiscal e estão assim apresentadas:

	2015		2014	
Descrição	**Operações de crédito**	**%**	**Operações de crédito**	**%**
Diretoria Executiva e Conselho da Administração	1.499.589	1,11%	1.526.682	1,16%
Conselho Fiscal	2.516.870	1,86%	1.305.347	0,99%
	4.016.459		**2.832.029**	

	2015		2014	
Descrição	**Depósitos**	**%**	**Depósitos**	**%**
Diretoria Executiva e Conselho da Administração	4.142.909	3,06%	4.886.216	4,99%
Conselho Fiscal	1.267.332	0,93%	73.778	0,08%
	5.410.241		**4.959.994**	

Descrição	**Benefício**	**Recebidos em 2015**	**Benefício**	**Recebidos em 2014**
Diretoria Executiva e Conselho de Administração	Honorários	565.424	Honorários	540.877
Conselho Fiscal	Cédula de presença	51.700	Cédula de presença	57.700
		617.124		**598.577**

	2015		2014	
Descrição	**Capital social**	**%**	**Capital social**	**%**
Diretoria Executiva e Conselho da Administração	629.253	3,05%	360.062	2,05%
Conselho Fiscal	214.052	1,04%	186.272	1,06%
	843.305		**546.334**	

As operações de crédito e depósitos são realizadas em condições normais de mercado. As remunerações são deliberadas e aprovadas em Asembléia Geral Ordinária.

22 Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo – Sicoob São Paulo

O Sicoob São Paulo representa suas associadas perante os organismos governamentais e privados ligados ao cooperativismo e às instituições financeiras.

a Atribuições estatutárias

O Sicoob São Paulo tem por objetivo efetuar a centralização financeira, a fiscalização e o assessoramento nas áreas de crédito, econômica, tecnológica, contábil, marketing e comunicação, organização e métodos, capacitação profissional e jurídica das cooperativas que o integram. Cabe ainda ao Sicoob São Paulo o monitoramento, a supervisão e a orientação administrativa e operacional de suas associadas, no sentido de prevenir e corrigir situações anormais que possam acarretar riscos para a solidez de suas associadas ou do sistema.

b Saldos das transações da Cooperativa com o Sicoob São Paulo nos exercícios

Descrição	2015	2014
Ativo circulante		
Títulos e valores mobiliários (nota 4)	86.400.096	42.735.690
Relações interfinanceiras (nota 5)	7.938.082	6.644.970
Ativo não circulante		
Investimentos (nota 8)	3.080.386	2.775.970

As operações financeiras são realizadas em condições normais de mercado e regulamentações internas.

23 Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento dos riscos

a Risco operacional

O gerenciamento do risco operacional da Cooperativa objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco operacional, por meio da adoção de boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na resolução CMN nº 3.380/2006.

Conforme preceitua o artigo 11 da Resolução CMN nº 3.721/2009, a Cooperativa aderiu à estrutura única de gestão do risco operacional do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

O processo de gerenciamento do risco operacional do Sicoob consiste na avaliação qualitativa dos riscos objetivando a melhoria contínua dos processos.

O uso da Lista de Verificação de Conformidade (LVC) tem por objetivo identificar situações de risco de não conformidade, que após identificadas são cadastradas no Sistema de Controles Internos e Riscos Operacionais (Scir).

As informações cadastradas no Sistema de Controles Internos e Riscos Operacionais (Scir) são mantidas em banco de dados fornecido pelo Sicoob Confederação.

A documentação que evidencia a efetividade, a tempestividade e a conformidade das ações para tratamento dos riscos operacionais, bem como as informações referentes às perdas associadas ao risco operacional são registradas e mantidas em cada entidade do Sicoob, sob a supervisão da respectiva entidade auditora (se cooperativa singular, da cooperativa central; se cooperativa central e Bancoob, do Sicoob Confederação).

Para as situações de risco identificadas são estabelecidos planos de ação, com a aprovação da Diretoria Executiva, que são registrados em sistema próprio para acompanhamento pelo Agente de Controle Internos e Riscos (ACIR).

Não obstante a centralização do gerenciamento do risco operacional, a Cooperativa possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco operacional.

b Risco de mercado e de liquidez

O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez da Cooperativa objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução nº 3.464/2007.

Conforme preceitua o artigo 11 da Resolução CMN nº 3.721/2009 a Cooperativa, aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S/A (Bancoob), que pode ser evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

No gerenciamento dos riscos de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação *(trading)* e não negociação *(banking)*, de mensuração do risco de mercado, de estabelecimento de limites de risco de testes de stress e de aderência do modelo de mensuração de risco *(backtesting).*

Não obstante a centralização do gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez, a Cooperativa possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da Cooperativa.

c Risco de crédito

O gerenciamento de risco de crédito da Cooperativa objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Conforme preceitua o artigo 10 da Resolução CMN nº 3.721/2009, a Cooperativa aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S/A (Bancoob), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, a Cooperativa possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da Cooperativa.

d Gerenciamento de capital

A estrutura de gerenciamento de capital da Cooperativa objetiva garantir a aderência à normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a Cooperativa está exposta, por meio de boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na resolução CMN nº 3.988/2011.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN nº 3.988/2011, a Cooperativa aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda (Sicoob Confederação), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sicoob com objetivo de:

a) Avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do Sicoob estão sujeitas;
b) Planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sicoob;
c) Adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sicoob.

Hugo Ferraz da Silveira
Diretor Presidente

Renato Huber
Vice Presidente

Carlos Alberto Cezário
Diretor Administrativo Financeiro

Ari Rosa do Nascimento
Diretor Operacional

Marta Aparecida de Sousa Gomes
Contadora – CRC: 1SP207558/O-9

Eduardo Aparecido Ferreira
Gerente Administrativo

*** fim ***